



Índice

- 01** [Polícia Federal prende indígenas em Faxinalzinho](#)
- 02** [Ministério e Prefeitura de Palmas discutem os Jogos Mundiais Indígenas](#)
- 03** [Prefeito de Palmas convida Pelé para os Jogos Mundiais Indígenas](#)
- 04** [Em SC, comunidade Xokleng fecha estrada pela segurança dos filhos na escola](#)
- 05** [Povo Apolima-Arara ocupa sede da Funai em Cruzeiro do Sul](#)
- 06** [Compra de área ainda não foi feita e pode não ocorrer mais](#)
- 07** [Há um ano, fazendeiros, índios e governo colecionam fracassos](#)
- 08** [Carmo do Rio Claro promove Semana dos Museus](#)
- 09** [Festa comemora abolição da escravidão na próxima terça-feira](#)
- 10** [Sem provas, Polícia Federal e governo transformam cinco líderes Kaingang em presos políticos e criminalizam a luta pela terra](#)
- 11** [PF investiga retirada ilegal de madeira em terras indígenas do Mato Grosso e Rondônia](#)
- 12** [Cada vez menos terras e direitos](#)
- 13** [Missa faz memória de dom Tomás Balduino, defensor dos excluídos](#)
- 14** [Terra dos Índios, de Zelito Viana. Repetindo, por que vale!](#)
- 15** [Em Roraima, indígena Macuxi diz que já fez mais de cem partos em 38 anos](#)



- 16 Funai não tem definição sobre retirada de não índios da Terra Indígena Apyterewa, no Pará.
- 17 Exposição itinerante discute cultura indígena, afro e pantaneira
- 18 Carta de Repúdio Kaingang
- 19 Lideranças Tapeba, Pitaguary, Anacé e Tabajara são impedidas de entrar na UFC
- 20 No dia das mães, uma juíza dá um presente cruel para as mães dos sem-terrinha, na comarca de Pelotas
- 21 Polícia Federal prepara armadilha para líderes indígenas de Faxinalzinho (RS)
- 22 Índio é morto a facadas dentro de área indígena
- 23 Orquestra Indígena de Anastácio vai se apresentar no RJ durante a Copa do Mundo
- 24 Professor indígena é atacado por Queixada em MT
- 25 RS: Governo diz que prisão de índios foi inadequada
- 26 Biblioteca Central expõe obras do acervo indígena da UFMG
- 27 Indígenas e servidores recebem formação em política ambiental
- 28 Em aniversário de aldeia, Olarte anuncia coordenadoria indígena
- 29 A improbidade que mata os ianomâmis
- 30 Ausência de representantes federais marca conferência sobre terras indígenas em MS
- 31 Indígena é atacado por porco do mato enquanto participava de reunião em Nova Nazaré



Polícia Federal prende indígenas em Faxinalzinho

SÍTIO CORREIO DO POVO, 09.05.2014

Em meio a clima de tensão, representante foge da prefeitura: "Não quero levar bala"

A Polícia Federal (PF) prendeu nesta sexta-feira pelo menos cinco indígenas em Faxinalzinho, na região Norte do Estado, após os conflitos no município, que resultaram na morte de dois agricultores. A Polícia cumpria oito mandados e os homens devem ser indiciados pela PF por homicídio qualificado.

Em nota à imprensa, a PF divulgou que "a ação decorreu de mandados de prisão temporária expedidos pela Justiça Federal de Erechim". A prisão teria ocorrido durante um encontro de conciliação entre os índios e agricultores.

O clima de tensão na cidade ficou maior depois da prisão. Índios teriam tentado invadir a Prefeitura de Faxinalzinho. Em entrevista à Rádio Guaíba, o representante dos agricultores, Ido Marcon, relatou que as pessoas estavam saindo rapidamente do prédio. "Vou é sair daqui, não quero levar bala", disse ele, durante entrevista ao vivo.

Prefeito: "Uma guerra está instalada em Faxinalzinho"

A Prefeitura afirmou que comércio foi todo fechado no município nesta tarde. O prefeito Selo Pelin contou que o clima é guerra e teme uma desapropriação forçada no local. "Tem um efetivo da polícia, mas daqui a pouco vem índios de outras áreas e isso aqui pode virar um caos. A cidade está desprotegida e temos a informação que os índios estavam se aglomerando e vindo para a cidade. Uma guerra está instalada em Faxinalzinho. O governo não tem noção do que acontece aqui", reclamou.

A região passa por momentos delicados. Os índios cobram a demarcação de suas terras por parte do governo federal, alegando lentidão no processo e falta de comprometimento do governo federal e do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Os agricultores foram assassinados após furarem um bloqueio imposto por índios durante manifestação. Os indígenas são os principais suspeitos do crime.



Ministério e Prefeitura de Palmas discutem os Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.05.2014

Capital tocantinense foi escolhida depois de apresentar o melhor projeto técnico, com os critérios e a avaliação do projeto

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, reuniu-se nessa quinta-feira (8) com o prefeito da cidade de Palmas, no estado do Tocantins, Carlos Enrique Franco Amasha. Durante o encontro, eles discutiram a organização e os preparativos para a realização da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, prevista para junho de 2015, na capital tocantinense.

Segundo o coordenador das assessorias do Ministério do Esporte, Luís Antônio Paulino, o governo federal dará o apoio necessário aos Jogos, como vem fazendo em todas as edições nacionais. "A responsabilidade será do Comitê Intertribal, mas o suporte será do Ministério do Esporte, em parceria com a Prefeitura de Palmas", ressaltou.

O prefeito Carlos Enrique disse que a oficialização de Palmas como sede dos Jogos Mundiais se deu, principalmente, pelo fato de a cidade ter grande parcela de sua população formada por indígenas, além de atender a uma série de critérios do comitê. "Temos aproximadamente 14 mil índios, sendo cinco mil deles vivendo na cidade de Tocantínea, vizinha a Palmas."

"Estamos dando os primeiros passos e tendo todos os cuidados para que o evento seja um sucesso. O País está trabalhando para sediar dois dos maiores eventos esportivos do mundo, a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016. Nesse intervalo, sediaremos a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, ideia fantástica do Ministério do Esporte e do Comitê Intertribal que se consolidou durante os Jogos Indígenas de Cuiabá, no ano passado, com a presença de 45 líderes indígenas estrangeiros", lembrou Carlos Enrique.

"Os Jogos Mundiais nascem com a marca de nossas raízes, dos nossos indígenas. No próximo dia 20 de maio, Palmas completará 25 anos, e já com as condições para ser um novo paradigma, com respeito às suas origens e com um novo conceito de sustentabilidade. Os Jogos terão a marca legitimamente brasileira", afirmou o prefeito.

"Vamos aproveitar para deixar um legado da realização dos Jogos em nossa capital, como pista olímpica e equipamentos esportivos, entre outras obras que vão beneficiar a população", concluiu Carlos Enrique.

Primeira edição

A primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas foi aprovada no ano passado, durante a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá. No evento, líderes estrangeiros de 17

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

países - incluindo o Brasil - e índios de 48 etnias nacionais reuniram-se com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e com o coordenador-geral de políticas esportivas indígenas, Rivelino Macuxi, para discutir a primeira versão do mundial.

Com uma comunidade indígena de cerca de 13 mil pessoas no estado de Tocantins, sua capital, Palmas, foi escolhida depois de apresentar o melhor projeto técnico, com os critérios e a avaliação do projeto pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC). As cidades paraenses de Belém e Marabá também estavam na disputa para receber o evento indígena.

Fontes:

Ministério do Esporte

Portal Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Prefeito de Palmas convida Pelé para os Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 09.05.2014

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha, acompanhado do governador Sandoval Cardoso, recebeu, na tarde desta sexta-feira, 09, na Agrotins 2014, o tricampeão mundial com a Seleção Brasileira de Futebol, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. Na oportunidade o prefeito convidou o ex craque da seleção brasileira para prestigiar os Jogos Mundiais Indígenas, e entregou pessoalmente o projeto do evento que acontece em Palmas em 2015.

Na ocasião, uma multidão se aglomerava na entrada da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins) 2014, para acompanhar a chegada do ex-jogador que fez história na Seleção Brasileira.

Pelé estava acompanhado da senadora Kátia Abreu (PMDB), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (FAET) e do presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Nacional, Roberto Simões, para apresentar o Projeto Time Agro Brasil. Pelé é embaixador do projeto.

Após a coletiva, o ex-jogador do Santos, foi conduzido num carro elétrico juntamente com as autoridades para o estande do Projeto Time Agro Brasil.

Jogos Indígenas

O projeto apresentado pela Prefeitura Municipal para os Jogos Mundiais Indígenas inclui aldeia para alojamento das etnias brasileiras, refeitório, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, campo de beisebol, raia olímpica, grande arena, museu do índio e feira de artesanato. A previsão é que os jogos aconteçam entre julho e setembro do próximo ano, e a Capital deve receber 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países.

Para Amastha o carisma e o reconhecimento do ex-jogador conhecido mundialmente, contribuirá para a divulgação do evento. "Pelé é uma das marcas mais importantes do mundo. Ele criou os jogos indígenas na época em que era Ministro dos Esportes. Seu apoio e sua imagem podem sensibilizar o mundo para esse grandioso evento em nossa capital", enfatizou.

A capital foi escolhida como sede por apresentar o melhor projeto técnico, segundo a avaliação do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC). Palmas venceu as cidades de Belém e Marabá, no Pará, que também disputavam o direito de receber o evento.

De acordo com informações do Governo Estadual, o Tocantins tem uma comunidade indígena de cerca de 13 mil pessoas.

Ranchão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Após o evento o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, visitou o Ranchão High-tech, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, acompanhado do titular da pasta, Roberto Sahium, servidores e produtores rurais.



Em SC, comunidade Xokleng fecha estrada pela segurança dos filhos na escola
SÍTIO CIMI, 09.05.2014

Desde o amanhecer de 6 de maio a estrada que corta a Terra Indígena (TI) Laklãnõ Xokleng está bloqueada por pais e alunos da Escola de Educação Básica Laklãnõ, cobrando segurança e garantia de vida as crianças que frequentam a escola. O clima é de revolta com o descaso da Secretaria de Estado da Educação (SED) do Governo do Estado de Santa Catarina que abandonou a escola e a comunidade indígena. Os prédios (escola, ginásio de esportes e casa da cultura) estão caindo. As estradas que dão acesso à escola estão intransitáveis. Em vez de ser um lugar de difusão de conhecimento o acesso à escola se tornou risco de vida às mais de 530 crianças e jovens que frequentam o local. Os pais, preocupados, decidiram que não poderiam mais esperar por promessas.

A comunidade divulgou uma nota na qual externam os problemas: "A escola indígena atende alunos de sete aldeias: Toldo, Coqueiro, Figueira, Palmeira, Barragem, Pavão e Sede. [...] Exigimos reforma da escola Laklãnõ, do ginásio da escola, da casa de cultura e obras de saneamento básico. As crianças correm risco de vida ao irem para as escolas, principalmente quando começa a época de chuvas. Toda comunidade fica ilhada. A Barragem foi construída para conter a água das chuvas nas cidades vizinhas e isolar a Terra Indígena Laklãnõ. A situação na escola está precária, a GERED [Gerência Regional de Ensino] não dá a assistência necessária. Hoje trancamos as estradas, sem deixar passar carros dos "brancos". Os alunos, pais, professores estão reivindicando melhores condições. Passaremos a noite aqui e a estrada não será liberada até que tenhamos uma resposta concreta e medidas sejam tomadas imediatamente. Quando reivindicamos assistência da prefeitura, eles alegam que o município não tem obrigação de fazer a manutenção das estradas porque a Terra Indígena é federal, e não da esfera municipal."

Basta poucos dias de chuva para que a escola fique sem acesso. Uma barragem de contenção de cheias das cidades de Ibirama, Indaial e Blumenau foi construída no final da década de 1970, durante o governo militar, que ao acumular alguns metros de água deixa ao menos quatro, das sete aldeias sem acesso a escola. Inúmeras manifestações foram realizadas pedindo a construção de ponte, mas até o momento apenas promessas. Com chuvas, as estradas que dão acesso a escola ficam intransitáveis. A cada enchente ocorrem desmoronamentos por conta da flutuação da água represada, inclusive uma aldeia está condenada pela Defesa Civil.

Desde que foi construída, no ano 2004, a escola e o ginásio de esportes não passaram por reformas e ampliações. Além de não atenderem a demanda dos 12 anos do ensino (ensino fundamental e ensino médio), os prédios estão deteriorados. Se nos períodos de chuvas as crianças ficam sem aula, em períodos de estiagem ficam sem água.

É um caso emblemático de irresponsabilidade e incompetência do governo do estado de Santa Catarina para gerenciar a educação escolar indígena. São necessárias providências urgentes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

por parte do Ministério da Educação para cobrar da SED o respeito aos povos indígenas deste estado.

Florianópolis, 09 de maio de 2014.



Povo Apolima-Arara ocupa sede da Funai em Cruzeiro do Sul
SÍTIO CIMI, 09.05.2014

Um grupo de 36 indígenas, entre homens, mulheres e crianças, do povo Apolima-Arara ocupou a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Cruzeiro do Sul na manhã do dia 5 de maio tendo como principal reivindicação a completa retirada dos posseiros da Terra Indígena (TI) Arara do Rio Amônia, cuja portaria demarcatória saiu em 2011. O povo alega que está cansado de esperar do órgão a conclusão do processo de desintrusão, iniciado em dezembro passado e paralisado até o momento.

O clima de ameaças é intenso por parte dos moradores do lado da Reserva Extrativista bem como por parte dos traficantes peruanos. Inúmeros documentos foram enviados à própria Funai, Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Federal, Exército e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), denunciando as ameaças de morte recebidas pelas lideranças, assim como a retirada ilegal de madeira tanto pelos ocupantes brasileiros como por peruanos, já que a terra indígena está localizada em região de fronteira com o Peru.

"Estamos nessa luta pela nossa terra há 17 anos e 17 anos não são 17 dias. Desde o início nunca foi fácil. Estamos com nossa terra demarcada desde 2009, mas não temos direito de usufruir dela livremente, pois os moradores do lado da Reserva Extrativista nos faz constantes ameaças e nos impedem de pescar nos lagos e de caçar. Nossas crianças que ainda estudam junto com os não índios são discriminadas na escola. Nos ameaçam de transitar livremente dentro da nossa terra já demarcada. Tudo isso que estou dizendo aqui já foi posto em inúmeros documentos e encaminhado aos órgãos competentes, mas nenhum tomou nenhuma providência. Em dezembro a FUNAI iniciou o pagamento das indenizações, mas só os que eram do Assentamento do INCRA deixando os da Reserva, sendo estes os que mais nos causam problemas. O que nós percebemos é que esses órgãos querem que os não índios permaneçam na terra junto com nós, o que é impossível, devido ao que já falei. Diante disso, mesmo com todas as dificuldades, decidimos vir aqui até a sede da FUNAI e permanecer até que se tenha uma solução. Nós só sairemos daqui quando a FUNAI reiniciar os pagamentos das indenizações de todos os ocupantes da terra e resolver de fato esse problema." Afirma o cacique geral, Francisco Siqueira.

As lideranças afirmam que alguns ocupantes indenizados, bem como os ocupantes ilegais (ocupantes de má fé) já extrapolaram todos os prazos dados para deixarem o território. No ato do pagamento, a Funai deu 30 dias para desocuparem a área e o povo Apolima-Arara mais 30. Vencido estes prazos os ocupantes ilegais continuam na terra e alguns, já indenizados, frequentemente adentram no território para pescar e caçar com cachorro.

Em reunião com grupo, o coordenador da Funai, Luiz Nukini, afirma que o impasse se dá pelo fato do ICMBio ter contestado e que a Funai em Brasília está buscando a melhor forma de solucionar o problema. Na manhã desta quarta-feira (7) os indígenas se reuniram mais uma vez, agora com um grupo ampliado envolvendo representantes do Ministério Público Estadual e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Polícia Federal em que foram repassadas as reivindicações do grupo. Mas o impasse permanece, visto que a questão está entre o ICMBio e a Funai de Brasília.

O grupo permanece no prédio da Funai com seus tambores e flautas, reivindicando seus direitos. Não aceitam proposta de agenda e só deixam o prédio mediante a vinda da Equipe que fará o pagamento das indenizações bem como a retirada dos ocupantes ilegais.



Compra de área ainda não foi feita e pode não ocorrer mais

SÍTIO JORNAL EXPRESSO D'OESTE, 09.05.2014

RESERVA INDÍGENA Segundo cacique, após reunião entre MPF, índios e proprietários do imóvel, foi definido de que compra deve ser concretizada até o dia 15, do contrário, não haverá mais negociação a vinda dos índios será cancela. Com decreto expirado, compra pode não ser concretizada agora
\$alttext

CUNHA PORÃ- O impasse sobre a compra da área de 800 hectares, em Bandeirante, para a instalação provisória de 32 famílias de índios guaranis que atualmente vivem em Chapecó, e que hoje disputam um espaço de terra no município de Cunha Porã continua. Dois meses após reunião com o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, e após confirmar que a compra seria realizada, o Governo do Estado ainda não concretizou o negócio. Segundo o cacique da tribo guarani, Marco Mariano de Moraes, no dia da reunião com o ministro na Capital, o governo estadual informou que deveria pagar a primeira parcela em 10 dias, o que não ocorreu, pois ao final de dois meses, nada foi pago.

Conforme o cacique, há aproximadamente 15 dias foi realizada uma reunião em Chapecó, a qual envolveu o Ministério Público Federal (PMF), índios e proprietários da área a ser comprada. De acordo com Marco Mariano, na oportunidade foi decidido de que o estado deveria se manifestar sobre o caso até o dia 10 e que, se o posicionamento seguisse favorável à compra, a primeira parcela do pagamento deveria ocorrer até o dia 15.

Após quase dois anos de negociação, Marco Mariano afirma que não há mais paciência e que se mais um prazo for desrespeitado, os proprietários não negociam mais área com o estado, nem os índios aceitam se instalar provisoriamente nela. A reportagem do Gazeta Catarinense de São Miguel do Oeste, entrou em contato com uma representante dos proprietários da área, a qual informou apenas que a compra ainda não foi feita e que o caso não seria comentado.

Com decreto expirado, compra da área não pode ser feita agora

Segundo informações buscadas pelo deputado estadual, Maurício Eskudlark, junto ao diretor de patrimônio da Secretaria Estadual de Administração, Pedro Abel, a União não repassou os recursos para o Estado e a compra não ocorreu. Segundo o parlamentar, como houve demora, o decreto que transformou os 800 hectares em área de utilidade pública expirou e, mesmo que houvesse o repasse dos recursos agora, a compra não seria possível antes que um novo decreto passasse a vigorar.

Segundo Eskudlark, na conversa que manteve com o diretor de patrimônio, não sentiu interesse do governo do Estado em comprar a área. Para o parlamentar, a compra em Bandeirante não resolve o problema no Araçaí, território em Cunha Porã e Saudades, alvo de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

disputa judicial entre índios e agricultores. A área de Bandeirante é vista como uma instalação temporária até que saia a decisão da justiça sobre o processo do Araçaí que tramita em última instância. "Ali seria uma instalação temporária que não resolve o problema em Cunha Porã e Saudades. Vejo que a solução para o caso é o Ministério da Justiça tornar sem efeito o ato que declarou aquela área de Cunha Porã e Saudades como indígena e buscar em áreas indígenas existentes uma solução. Quem tem que encontrar a solução é o Governo Federal", finaliza.



Há um ano, fazendeiros, índios e governo colecionam fracassos

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 10.05.2014

Prestes a completar um ano da morte do indígena Oziel Gabriel, 35 anos, a compra de 15 mil hectares em Sidrolândia para ampliação da Terra Indígena Buriti enfrenta um impasse legal e, ao que tudo indica, está longe de tornar-se uma realidade. O processo de negociação entre fazendeiros e governo federal começou depois da morte de Oziel, no dia 30 de maio, conforme reportagem na edição de hoje (10) do jornal Correio do Estado.

Agora, as negociações esbarram em dois problemas: o impedimento da aquisição da área pela União, uma vez que ao se converter em terra indígena, o espaço é de propriedade do próprio governo federal, e o repasse de verba da União para o Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas (Fepati), foram criados meios para tal aquisição, mas que podem ser questionados judicialmente. Este último pode ser, inclusive, questionado judicialmente.

O desembargador Luiz Stephanini, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3), afirmou que, mesmo que a União desembolse recurso para pagar os donos das terras, o processo pode ser embargado no Judiciário por falta de respaldo legal. A reportagem é de Vinícius Squinelo e Lucia Morel.



Carmo do Rio Claro promove Semana dos Museus

SÍTIO CLIC FOLHA, 10.05.2014

Carmo do Rio Claro já está preparada para comemorar a Semana Nacional de Museus a partir desta segunda-feira (12). Entre os dias 12 a 16 de maio, está programada a exibição de um documentário sobre os indígenas no Auditório do CVT (Centro Vocacional Tecnológico), no período das 9h às 11h30, dedicado aos alunos do ensino fundamental 2 e médio. Ao final do documentário haverá debate sobre o Índio na Sociedade Brasileira.

Também estão programadas oficinas de cerâmica e pintura com tinta natural no Espaço Cultural Museu do Índio "Antônio Adauto Leite", com a participação de alunos do ensino fundamental um e final no horário das 15h às 16h30.

Na cidade, há atualmente dois Museus em funcionamento: o Museu Carlota Pereira e o Museu do Índio, que leva o nome de Antônio Adauto Leite e reúne mais de três mil peças arqueológicas, sendo considerado o maior museu indígena da América Latina.

A Semana Nacional de Museus acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus em 18 de maio, quando os museus brasileiros, convidados pelo Ibram, desenvolvem uma programação especial em prol dessa data.

O tema é proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Nesse ano, a 12ª edição ocorre entre os dias 12 e 18 de maio, quando instituições museológicas de todo o país promoverão atividades em torno do tema "Museus: as coleções criam conexões".

A programação local da Semana de Museus teve abertura oficial na última sexta-feira, com um Sarau em homenagem ao Dia das Mães, na Biblioteca Municipal.



Festa comemora abolição da escravatura na próxima terça-feira

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 10.05.2014

Comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, já esta preparada para o 13 de Maio: Raiar da Liberdade

"Princesa foi-se embora / escreveu no papelão/ quem quiser comer / que trabalhe com as próprias mãos", esse é o trecho de uma das canções que serão entoadas durante as comemorações do 13 de maio: Raiar da Liberdade. O evento, que segundo a tradição oral, começou em 1888, acontece nesta terça-feira (13), a partir das 19h, na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, sul do Estado.

No dia haverá apresentações de diversos grupos de Jongos, Folias de Reis, Charola e Bate Flechas de São Sebastião, Capoeiras, Maculelês, Quadrilhas e, claro, Caxambus - dentre os quais, o Caxambu Santa Cruz, um dos primeiro grupos a comemorar a data ainda dentro das fazendas de açúcar e café do Brasil do século XIX. Além da tradicional feijoada, que sempre é servida ao público.

Desde 2000, o evento é organizado em parceria com a Associação de Folclore de Cachoeiro de Itapemirim e pelo gestor de projetos culturais Genildo Coelho Hautequestt Filho. "O evento é da comunidade, a associação é apenas um agregador. Identificamos os principais eventos folclóricos do Estado e auxiliamos a comunidade a captar recursos. Infelizmente, esses eventos sofrem com o preconceito, principalmente do poder público, devido à religiosidade e, por isso, enfrentavam dificuldades, como a falta de apoio".

O produtor conta que este é o primeiro ano que o evento vai contar com patrocínio do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, que contemplou o grupo com o edital de chamamento público para eventos. "Com uma representação forte conseguimos convencer o poder público da importância do folclore e, assim, financiar projetos além do evento, como livros e documentários que valorizam as expressões culturais e criam um registro posterior", garante.

O evento vem crescendo a cada ano. Antes era feito apenas com doações e com patrocínio privado. Com apoio do governo, mais grupos vão poder participar porque agora haverá ônibus para fazer o transporte. Ano passado, foram servidos mil pratos de feijoada, para este ano espera-se que o número aumente. "A festa é muito maior que o apoio financeiro, e sempre acontece com ou sem ele".

Vinte grupos já confirmaram presença e o Raiar da Liberdade vai reunir comunidades quilombolas de Alegre, Jerônimo Monteiro, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Presidente Kennedy e Anchieta. O próximo passo para a comunidade é transformar o evento em patrimônio imaterial. "O evento é o mais antigo evento folclórico do Espírito Santo, mas para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

conseguirmos o tombamento, precisamos reunir alguns documentos e os registros das festas”, explica.

Este ano, em especial, o Raiar da Liberdade será todo filmado, desde a produção até as apresentações. O objetivo é produzir um documentário com as imagens. Outro projeto da associação é a produção de um site que reúna as informações de todos os grupos.

Maria Laurinda Adão, mestre de caxambu que organiza a festa há 50 anos, responsabilidade que recebeu da mãe, conta que a primeira comemoração aconteceu no dia da assinatura da Lei Áurea e segue até hoje. “O Raiar da Liberdade é a nossa forma de lembrar desse dia, a festa não nos deixa esquecer a importância da liberdade”, diz.

Serviço

O Raiar da Liberdade será realizado nesta terça-feira (13), a partir das 19h, na comunidade quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim. Mais informações www.folclorecachoeiro.org



Sem provas, Polícia Federal e governo transformam cinco líderes Kaingang em presos políticos e criminalizam a luta pela terra

SÍTIO CIMI, 10.05.2014

Nesta sexta feira, 09, cinco indígenas Kaingang foram presos pela Polícia Federal, numa verdadeira emboscada, enquanto participavam de "reunião" promovida por representantes do governo do Rio Grande do Sul e pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no município de Faxinalzinho. Sem elementos concretos, evidências ou provas que ligassem as lideranças indígenas a morte de dois agricultores daquele município, os Kaingang foram presos pela polícia como se fossem criminosos há muito procurados. De caráter totalmente político, esta prisão se configura como mais um triste episódio de criminalização explícita do movimento indígena por parte do governo federal e do estado do Rio Grande do Sul.

Entre os presos, encontra-se o cacique da terra indígena Kandóia, Deoclides de Paula, que vinha reivindicando a continuidade do processo de demarcação da terra Kaingang e a garantia dos direitos constitucionais dos povos originários junto ao governo federal.

Na quarta-feira, dois dias antes das prisões, os Kaingang esperavam ansiosos a vinda do ministro da Justiça à terra indígena de Kandóia onde seria realizada uma reunião com a comunidade indígena para discutir a continuidade dos processos de demarcação e resoluções acerca do clima de conflitos na região. O ministro mais uma vez, ausentando-se de sua responsabilidade com os indígenas e com os pequenos agricultores, não veio ao Rio Grande do Sul. Enviou, porém, seu assessor especial, Marcelo Veiga, a Porto Alegre para "dialogar", a portas fechadas, com representantes do governo Tarso Genro e da Polícia Federal.

Apenas posteriormente a esta reunião, o governo do estado, na figura de Elton Scapini, Secretário de Desenvolvimento Rural do RS, Ricardo Zamora e Milton Viário, assessores diretos do governador Tarso Genro, junto ao coordenador regional da Funai, Roberto Perin e o prefeito do município de Faxinalzinho, Selso Pelin, convenceram os Kaingang a deslocaram-se para fora da aldeia Kandóia.

Mesmo alertados por agentes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de que a reunião poderia se tratar de uma emboscada, os Kaingang da terra indígena Kandóia confiaram nas autoridades públicas federais, estaduais e municipais e foram para a reunião, na sede do município de Faxinalzinho, na expectativa de darem, finalmente, encaminhamentos práticos na perspectiva da efetivação de seu direito à terra tradicional. O resultado da reunião, no entanto, traduziu-se em mais uma traição do Estado e de agentes públicos aos Kaingang. Os indígenas foram presos minutos após o início da reunião de maneira abrupta por um verdadeiro batalhão de agentes federais.

A prisão dos indígenas, ao que tudo indica, não teve nada de espontânea e muito menos parece ter sido uma "infeliz coincidência" como defendeu o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, poucas horas após o fato. Os próprios Kaingang denunciam que a reunião para a qual

CONT.



foram chamados tratava-se de uma emboscada forjada dentro do Palácio Piratini pelos governos para incriminar as lideranças e responder publicamente às acusações de negligência e incitação de conflito que vinham sofrendo de setores ligados ao agronegócio, eternos inimigos dos povos indígenas.

Os cinco indígenas presos foram levados, na noite de sexta-feira, 9, a Porto Alegre e ficaram recolhidos na carceragem da superintendência da Polícia Federal até por volta das 11 horas deste sábado, 10. Ainda na madrugada de sábado, advogados peticionaram representação junto à Justiça Federal requerendo que os mesmos fiquem sob custódia da Funai, ou na aldeia de origem, ou mesmo na Funai em Brasília, que, por meio de ofício da sua Presidência, se colocou à disposição para a custódia, obedecendo o que prescreve o Estatuto do Índio (Lei 6001/73). Em resposta à petição, o juiz federal Dr. Murilo Brião da Silva propalou despacho determinando manifestação do delegado da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Ignorando a determinação judicial em questão, a Polícia Federal transferiu os cinco indígenas, no final da manhã deste sábado, para o presídio de Jacuí, no interior do estado do Rio Grande do Sul, após os mesmos terem recebido visita do advogado da Frente Nacional Quilombola e de missionários do Cimi.

No estado de exceção e de omissão do governo Dilma, os indígenas continuam sendo tratados como criminosos e a luta pela terra um caso de polícia. A prisão dos Kaingang da terra indígena Kandóia faz lembrar o recente episódio envolvendo o cacique Babau Tupinambá, preso em Brasília como estratégia governamental para que não denunciasses internacionalmente as violações que os povos indígenas vêm sofrendo no interior do país. A determinação do governo Dilma, atendendo interesses ruralistas, de suspender o andamento dos procedimentos administrativos de reconhecimento e demarcação das terras indígenas constitui-se num atentado à Constituição Federal e ao Estado de Direito e joga combustível nos conflitos fundiários Brasil afora. No Brasil do governo Dilma, os presos políticos têm cor e traços étnicos bem definidos, são os filhos da terra, os povos originários.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Frente Nacional de Defesa dos Territórios Quilombolas/RS



PF investiga retirada ilegal de madeira em terras indígenas do Mato Grosso e Rondônia

SÍTIO EM RONDÔNIA, 11.05.2014

Crime nas áreas indígenas Arara Rio Branco e Aripuanã era acobertada após a transferência de créditos florestais fictícios

CUIABÁ – Policiais federais participam de uma operação de combate à exploração ilegal de madeira em duas áreas indígenas do noroeste de Mato Grosso nesta quarta-feira (7). Mandados judiciais também estão sendo cumpridos, pelos 236 agentes, nos Estados de Rondônia, São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina.

Ao todo, a Justiça Federal de Juína (MT) expediu 67 mandados de busca e apreensão; 28 de condução coercitiva e nove de prisão preventiva (sete deles em Mato Grosso e dois em Rondônia). A Operação Kalupsis (do grego acobertar, encobrir) também conta com a participação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cujos servidores estão fiscalizando algumas das madeireiras onde policiais cumprem os mandados judiciais.

Segundo a assessoria da PF, a operação é resultado de investigações iniciadas pela Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente, em fevereiro de 2013. Durante a apuração, PF e Ibama identificaram que a madeira vinha sendo ilegalmente cortada e retirada do interior de duas áreas indígenas (Arara Rio Branco e Aripuanã) do noroeste mato-grossense. A operação criminosa era acobertada mediante a transferência de créditos florestais fictícios e fraudulentos.

De acordo com informações no site do Ibama, os créditos servem para acompanhar todo produto florestal desde a origem até o destino final, comprovando a origem lícita da madeira existente em um estabelecimento ou em transporte. Dessa forma, toda a madeira armazenada no pátio de uma serraria ou madeireira deve estar devidamente registrada nos sistemas de controle florestal do Ibama (Sisdof).

Fraudes ao sistema como a apurada pela Operação Kalupsis não são uma novidade. Em novembro de 2013, o Ibama e a Força Nacional apreenderam, também na cidade de Aripuanã (MT), quatro caminhões com madeira nativa retirada ilegalmente da mesma terra indígena, a Arara do Rio Branco. Em dezembro do ano passado, a PF deteve dezenas de pessoas no Maranhão, onde deflagrou a Operação Nuvem Negra. Na ocasião, o Ibama divulgou que, só em 2013, quase 500 mil metros cúbicos de madeira haviam entrado no Maranhão e no Pará com a apresentação de certidões “esquentadas”. O volume é suficiente para encher 14 mil caminhões de transporte desse tipo de material.

O diretor de Fiscalização do Ibama, Luciano Evaristo, explicou à Agência Brasil na época, que os criminosos entravam no sistema do órgão ambiental e simulavam transações comerciais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

usando a senha de empresas autorizadas pelo governo para comercializar madeira. Feito isso, os fraudadores criavam uma situação fictícia de venda, passando o crédito de licença para uma empresa fantasma.

O departamento de comunicação social da PF em Mato Grosso informou que vai divulgar um balanço preliminar da operação ainda nesta quarta-feira (7).



Cada vez menos terras e direitos

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 11.05.2014

O Pará é o terceiro estado no número de comunidades quilombolas, mas a titulação de terras e os resultados desse processo ainda ínfimos. É o que revela pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFPA) que faz parte do projeto "Mapeamento Social como instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação", que colhe informações sobre áreas degradadas e os impactos causados às populações tradicionais. Os estudos ligados ao Fundo Amazônia, ajudam o governo federal a tomar pé dos cenários dessas áreas para possíveis soluções.

A morosidade nos processos de titulação de terras é hoje a maior origem de uma série de conflitos registrados em várias áreas paraenses, atesta a professora da UFPA Rosa Elisabeth Acevedo Marinho. Vinculada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e ao programa de Pós-Graduação em Antropologia, Rosa destaca: no Pará, os processos de titulação pode levar até cem anos, atesta a estudiosa, que já trabalhou com comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, pescadores e extrativistas - e desde 2005 trabalha no projeto "A Cartografia Social da Amazônia", coordenado pelo Professor Alfredo Vagner.

P: O projeto "A Cartografia Social da Amazônia" é recente?

R: Aprovamos o projeto Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estudar o mapeamento e realizar o estudo sobre desmatamento e devastação da Amazônia. Esse projeto é um instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação, visando um processo de capacitação de povos tradicionais. Ele dá continuidade ao projeto "Numa Cartografia Social da Amazônia", iniciado em 2005, no qual os agentes sociais têm o controle e uma informação sobre o território que é desmatado.

P: A gente está vivendo uma situação bem complicada no Oeste do Pará, em Oriximiná. Comunidades quilombolas e indígenas reclamam pela demora para regularização de terras e, inclusive, a atual presidente da república é talvez a que menos tenha regulamentado terras indígenas e quilombolas...

R: No Trombetas, particularmente, em um trabalho conjunto com a professora Edna Castro sobre negros no Pará, houve situações em que eles estavam ameaçados com a mineração Rio do Norte, pela criação da Reserva biológica no Rio Trombetas. E aquela foi a primeira área titulada do Estado, em 1994.

Contudo, essas titulações não têm ocorrido de fato. Estão sendo negados direitos territoriais e sobre eles recai também uma enorme violência. Cada vez está menos acessível ter esses

CONT.



direitos. Há restrição e diminuição do uso dos recursos pesqueiros, há a luta pelas regiões onde predominam os açaiçais, no Arquipélago do Marajó, há conflito de quilombolas com a expansão do agronegócio do dendê... No Pará, nós temos situações que se mostram na região do Marajó, no Sul e Sudeste do Estado, no Baixo Amazonas, na Região do Tocantins. De fato essas situações não são controladas porque esses povos tradicionais não possuem a garantia de seus territórios. O nosso papel é colher essa informação e repassá-la para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que ele possa fazer pressão sobre o Estado brasileiro para o controle ou a solução de algum desses problemas.

P: A ideia do governo federal não é uma ideia macro, de grandes projetos, que entra em conflito com a dos povos tradicionais? São duas maneiras de ver a Amazônia...

R: Sim, porque por um lado, o governo trabalha numa visão desenvolvimentista extremamente forte e o BNDES financia isto. E a nossa proposta é mostrar que há uma contradição nessa linha de pensamento. Não é possível que esse modelo de desenvolvimento continue anulando os volumes de comunidades tradicionais e apenas produzam a visão para a empresa, de um país desenvolvido, com amplas exportações, com tecnologia, mas que não consegue coproduzir uma abertura para o projeto que tem micro grupos. Um projeto de grupos que tenham autossuficiência alimentar, que têm alto índice de conservação, de recursos naturais.

P: Comunidades quilombolas e indígenas vivem os mesmos problemas?

R: Têm o mesmo desafio, porque ambas estão centradas na mesma questão que é o território. Acabamos de entregar ao Ministério Público um documento sobre a violência contra quilombolas porque são acusados do roubo de açaí, de destruir o ambiente, quando na verdade, a situação é de outra natureza. O Pará representa o terceiro estado no número de comunidades quilombolas e a titulação tem sido muito pífia e resultados muitos pífios. Isso se configura em ameaça a esse grupo.

P: De que forma esse mapeamento social pode ajudar a combater o desmatamento, a devastação ambiental?

R: A questão importante do desmatamento é saber quem é o sujeito dessa ação. Através do mapeamento, o grupo consegue identificar o que está acontecendo na cabeceira, que muitas vezes foram retiradas deles, a cabeceira dos rios. Então se a cabeceira está sendo contaminada pelos agrotóxicos que são utilizados para as plantações, isto vai para o território. Se uma estrada é construída, e uma intervenção será produzida a partir dela, isso está no território. Isto também será objeto do mapeamento.

Então, o mapeamento é um detalhamento muito cuidadoso feito por ele na oficina sobre aquilo que está acontecendo no território.

CONT.



P: É comum escutarmos o discurso do governo sobre uma possível flexibilização das leis ambientais para que as obras governamentais não sejam prejudicadas. Como a senhora avalia este discurso?

R: O discurso dessa política ambiental para a flexibilização é para flexibilizar o que ele quer que esteja flexibilizado, normalmente para um grupo. Nós temos visto isto no campo da hidrelétrica. Como o licenciamento ambiental irá flexibilizar de outra forma, quando deveria ser bem mais rígido. Portanto, a ideia de flexibilidade é empregada para garantir que projetos de hidrelétricas e de dendê funcionem tranquilamente. Agora, todas essas leis ambientais se tornam muito mais rígidas em relação aos quilombolas, aos extrativistas, de certa forma que construíram uma casa para eles e eles têm que pedir autorização. Para retirar ou fazer a limpeza dos açais, o quilombola tem que pedir licença na Secretaria do Meio Ambiente, mas isto não é uma prática das grandes empresas. Elas, em contrapartida, burlam este regulamento. Da mesma forma que se flexibiliza, e essa é a grande discussão do código florestal, realmente se mostra para quem está servindo estas leis. São dois grandes pesos e duas medidas, a flexibilidade da política ambiental. A lei ambiental funciona muito bem. As hidrelétricas estão aí para isso. O projeto do agronegócio está aí para mostrar isso, que é necessário que o Ministério Público Federal intervenha para que o licenciamento ambiental seja feito conforme estabelece a lei e o governo produza do seu lado decisões que facilitem a não favorecer essas empresas e projetos.

P: A cartografia é utilizada na prática e seus objetivos são efetivados?

R: Quando os materiais que são impressos são para os povos quilombolas. Uma parte é distribuída em eventos. Os mapas são reproduzidos em tamanho grande, em lona e banner para que eles utilizem. A utilização da cartografia é muito diversa porque está sendo usada nas escolas, como instrumento de uma política ambiental para debater suas fronteiras e o que está acontecendo a redor do seu território. E agora estamos realizando parte desse projeto com a UFPA e movimentos sociais na Pan-Amazônia. Tem quilombolas, indígenas, grupos afro religiosos... Nós estamos dialogando bastante com universidades e movimentos para debater essa cartografia.

O cerne da cartografia são as identidades coletivas e os territórios e os direitos. É um tripé dos direitos territoriais, direitos culturais. Nesses direitos se contempla a questão dos territórios do direito ao usufruto desse recurso. Outra questão é que esse grupo tem o direito a produzir sua identidade. Tivemos problemas no Amazonas porque o exército entrou e queria saber porque estávamos fazendo oficinas de GPS. Mas isso é livre: o GPS é um instrumento corriqueiro, está disponível nos celulares, inclusive.

P: Estamos prestes a entrar em campanha para a Presidência e para o governo do Estado. A senhora acredita que esse assunto será pauta de discussão. Como a senhora pensa que será o debate?

R: Penso que, por uma questão de a arte da política ser de reconhecimento da sociedade,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

todos os que pretendem ser nossos governantes deveriam assumir um debate sobre essa questão. Porque a maioria das situações mais problemáticas dos estados da Amazônia estão vinculados ao presente e ao futuro dessas populações tradicionais.

Depois há uma série de questões que não foram cumpridas todos esses anos, que são dívidas da própria Constituição de 1988, fundamentais para o reconhecimento dos direitos desse povo e dessas comunidades tradicionais, indígenas, extrativistas, quilombolas. E agora se diz que irão passar mais cem anos para que essas terras sejam tituladas pelo ritmo que está indo a titulação das terras quilombolas. Então, todas as autoridades políticas que pretendem dirigir o país deveriam tomar conta desta questão. Isto não é uma questão menor.

(Diário do Pará)



Missa faz memória de dom Tomás Balduino, defensor dos excluídos

SÍTIO CIMI, 11.05.2014

Uma vida totalmente dedicada à causa dos excluídos, em especial dos camponeses e indígenas. Com essa certeza e muita gratidão, representantes de movimentos sociais, organismos, instituições religiosas e civis, pastorais, igrejas, intelectuais, partidos e sindicatos, lotaram a capela na sede da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), na noite desta sexta, dia 09, para uma missa de 7º dia da Páscoa de dom Tomás Balduino.

A assembleia plural, símbolo da universalidade, retratava com exatidão a capacidade que o bispo emérito de Goiás, falecido no último dia 02 de maio aos 91 anos, tinha de unir pessoas tão diferentes em torno de causas comuns.

"A imagem de dom Tomás é sempre aquela imagem bonita e risonha à frente do nosso tempo, das nossas celebrações, dos movimentos, das nossas lutas, em especial, pela demarcação dos territórios indígenas e quilombolas e pela Reforma Agrária. É esse exemplo vivo que nos acompanha", testemunhou Rosângela Piovizani Cordeiro, coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina.

Presidiu a celebração o padre Anderson Adriano Teixeira, religioso Rogacionista e mestre de noviços. "É uma liturgia tão verdadeira celebrar a vida de Cristo que nos deixou a vida eterna. Alguns de seus discípulos e pastores, como dom Tomás, também se deixam triturar como o trigo para se tornarem alimento para a nossa caminhada de fé. Temos aqui um dos patriarcas da fé no Brasil", refletiu o padre.

A missa foi organizada pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP). Na ocasião, o seu coordenador, Pedro Gontijo, destacou um desafio. "Dom Tomás mobilizava muita gente e agora nós precisamos fazer um pouco mais por que, o que ele fazia, não pode parar. A gente precisa continuar dando essa vida que ele dava na sociedade", afirmou.

O assessor político da CNBB, padre José Ernane Pinheiro, leu a carta que o atual bispo de Goiás, dom Eugênio Rixen, enviou à 52ª Assembleia Geral da CNBB, que no falecimento de dom Tomás, acontecia em Aparecida (SP). A mensagem destaca o interesse que ele tinha em dar sua contribuição ao documento "A Questão Agrária Brasileira no século XXI" que estava sendo estudado pelos bispos e que foi finalmente aprovado no dia 07 de maio. As discussões se arrastavam por cinco anos. "Desejava telefonar, pedi para que lhe trouxessem um computador móvel para ditar uma mensagem", relata a carta. "Dom Tomás viveu o que o papa Francisco prega, de a Igreja sair das sacristias, estar presente nas periferias existenciais... sinal do fermento do Evangelho na sociedade".

Para o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto, a mensagem que dom Tomás deixa é de que é possível manter-se coerente, com as causas das pessoas que mais precisam, até o fim da vida. "Em seus quase 92 anos nunca abandonou o

CONT.



caminho. Manteve-se fiel a Deus, à vida e aos povos”, sublinhou.

Seu corpo foi sepultado no dia 05 de maio, na catedral Nossa Senhora de Santana, na cidade de Goiás, mas seu exemplo de vida perdura na memória de todos que o conheceram. “Não deixar cair a profecia”, é o sentimento geral nos depoimentos sobre a vida de um homem fiel à proposta do Evangelho de Jesus.

A vida de dom Tomás

Nasceu em Posse (GO), no último dia de 1922. Frei dominicano formado em filosofia, fez o mestrado de teologia em Saint Maximin, na França. Em 1957, nomeado superior da missão dominicana na prelazia de Conceição do Araguaia (PA), viveu de perto a realidade indígena e sertaneja. Para aprimorar seu trabalho junto aos índios, fez mestrado em Antropologia e Linguística, na Universidade de Brasília (UnB), concluído em 1965.

Defensor dos povos indígenas, camponeses e dos movimentos sociais, participou ativamente da criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Presidiu o Cimi, de 1980 a 1984, e a CPT, de 1999 a 2005. A Assembleia Geral da CPT, em 2005, o nomeou conselheiro permanente.

Nomeado bispo diocesano da cidade de Goiás, em 1967, ali permaneceu 31 anos, até 1999. Seu ministério episcopal coincidiu, por muitos anos, com a ditadura militar (1964-1985). Visitava os presos pela ditadura, não temia denunciar as torturas e defender os direitos humanos. Ao completar 75 anos, apresentou sua renúncia e mudou-se, como simples frade, para o convento dominicano de Goiânia.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Terra dos Índios, de Zelito Viana. Repetindo, por que vale!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=zeeTx6kQI9s

Postado por Sander Barbosa Pereira

Depoimentos raríssimos do grande líder indígena Guarani Marçal de Souza Tupã, onde ele próprio relata as suas preocupações futuras tendo em vista o advento do nascimento de novas lideranças que continuarão esta luta insana em busca dos territórios de ocupação tradicional aqui no Mato Grosso do Sul. Marçal neste filme relata ainda seu sofrimento, fala do seu espancamento na aldeia de Dourados onde fora expulso e tendo sua moradia e local de trabalho destruídos.

Dentro deste grandioso filme temos ainda depoimentos de Angelo Kretã Kaingang em sua luta pela retomada de seus territórios no Rio Grande do Sul e também de Mario Juruna, da etnia Xavante, que anos depois se tornaria deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Este filme continua atual, pois com o passar dos tempos a luta parece cada vez mais desigual e as lideranças continuam em suas buscas frenéticas e insanas nos tempos atuais. Este filme resgata de forma verdadeira a memória daqueles que tombaram e derramaram seu sangue na terra que sempre lhes pertenceu e que tornou-se motivos de genocídios e extermínios de grandes populações indígenas por esse Brasil afora.



Em Roraima, indígena Macuxi diz que já fez mais de cem partos em 38 anos
SÍTIO G1, 11.05.2014

*Vanda da Silva é pajé e se tornou parteira aos 18 anos.
Dentre os trabalhos, ela contou ter feito o parto de três dos oito filhos.*

Vanda da Silva já ajudou mais de cem mulheres a serem mães (Foto: Emily Costa/ G1 RR)Vanda da Silva é da etnia Macuxi e aos 18 anos aprendeu o ofício de parteira; ela não cobra pelos partos que faz (Foto: Emily Costa/G1RR)

Indígena da etnia Macuxi, Vanda da Silva, de 56 anos, é parteira, pajé e, dentre biológicos e adotivos, tem oito filhos. Ela, que já auxiliou mais de cem mulheres a se tornarem mães, acredita que ter crianças é amar de um jeito diferente; é cuidar e educar. Neste domingo (11) é comemorado o Dia das Mães.

A história de Vanda como parteira se iniciou aos 18 anos, quando aprendeu com a própria mãe o ofício de trazer meninos e meninas para o mundo. Desde então, Vanda passou a acompanhar mulheres grávidas em Boa Vista e em comunidades indígenas do interior de Roraima.

"Aos 18 anos, eu comecei a ajudar mulheres grávidas e nunca mais parei de trabalhar com isso", contou, acrescentando que não cobra pelos partos. "O meu serviço como pajé e parteira é pago com a minha boa saúde e energia".

O último parto que Vanda fez foi há pouco mais de uma semana. "É recente e a menina nasceu saudável. De tanto ver bebês nascerem, comecei a gostar de crianças. Hoje em dia, gosto muito, mesmo daquelas que não 'vieram' de mim", disse.

'Fiz meus próprios partos'

Além de ajudar mulheres a se tornarem mães, Vanda também tem a própria história. Ela é mãe de Alessandra, Jorge, Elton, Joana, Paulinha, Maiara, Elivânia, Carolaine e Guilherme. Os três últimos são adotivos e o menor tem apenas cinco anos.

Dos cinco filhos que teve, Vanda contou que, por três vezes, teve de fazer o próprio parto porque não havia alternativa. Ela mesma aparou os filhos e afirmou ter até cortado os cordões umbilicais.

"Não tive outra saída. A hora de ter os bebês chegou e eu mesma fiz esses meus três partos. Todos foram rápidos e tranquilos. Em uma das vezes, minha mãe estava em casa e só ouviu o choro do recém-nascido", narrou.

Com tanta experiência acumulada, a pajé diz acreditar que ser mãe é uma responsabilidade muito grande. Para ela, que já viu mais de cem crianças virem ao mundo, ter filhos é possuir

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

um amor diferente, é cuidar e educar os filhos.

"A melhor forma de retribuir o amor de uma mãe é um dia os filhos darem atenção e cuidado", descreve.



Funai não tem definição sobre retirada de não índios da Terra Indígena Apyterewa, no Pará.

SÍTIO PORTUGAL DIGITAL, 11.05.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) anunciou que não há definição quanto à desocupação da Terra Indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, no Pará. Há mais de 100 processos tramitando na Justiça questionando a demarcação de Apyterewa.

Brasília - A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que não há definição quanto à desocupação da Terra Indígena Apyterewa, em São Félix do Xingu, no Pará. Segundo a assessoria do órgão indigenista, a recusa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) aos argumentos dos 27 não índios que ocupam imóveis rurais instalados no interior da reserva e que pretendiam evitar ser retirados do local é uma vitória, mas não resultará na imediata desintrusão da área. Isso porque há mais de 100 processos tramitando na Justiça questionando a demarcação de Apyterewa.

Notícias de que os não índios teriam que desocupar a reserva foram divulgadas após a Advocacia-Geral da União (AGU) informar, esta semana, que procuradores da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e da Procuradoria Federal Especializada da Funai convenceram a Justiça de que a comunidade indígena detém a posse permanente das terras. Isso asseguraria a retirada dos não índios da reserva indígena, sancionada em abril de 2007, por meio de um decreto presidencial. A extensão da área demarcada é de 773 mil hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial).

De fato, a juíza federal substituta da 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Maria Cândida Carvalho Monteiro de Almeida, indeferiu o mandado de segurança coletivo em que os 27 ocupantes não índios de Apyterewa tentavam reverter o processo de desocupação. A decisão da juíza, no entanto, é de 19 de dezembro de 2013, e não trata dos procedimentos necessários à desintrusão. Também não estabelece qualquer prazo para que os não índios comecem a deixar o local.

No Mandado de Segurança nº 53625-46.2012.4.01.3400, os não índios afirmam que a Funai não observou o devido processo legal ao promover os estudos antropológicos que identificaram a área como terra tradicional indígena. E que, já em abril de 2012, antes mesmo que a Justiça tivesse julgado as várias ações que visam a impugnar o processo de desocupação da área, a Funai publicara no Diário Oficial da União o resultado do processo de licitação para contratação da empresa de transporte que fará a remoção dos não índios.

A juíza, no entanto, concordou com os argumentos de defesa apresentados pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Funai, concluindo não haver qualquer evidência de ilegalidade ou de abuso de autoridade, autorizando, assim, que o processo de desintrusão fosse retomado. A

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

remoção dos não índios e o pagamento de indenizações aos ocupantes de boa-fé que permanecem na área, conforme explicou a assessoria da Funai, só não ocorreu por conta da existência dos outros processos judiciais. Agência Brasil

Exposição itinerante discute cultura indígena, afro e pantaneira

SÍTIO OLHAR DIRETO, 12.05.2014



A exposição itinerante "Patrimônio Imaterial Mato-Grossense" começa nesta segunda (12) no Museu do Morro da Caixa D'água Velha. Com a curadoria dos professores Heloisa Ariano, Denilton Gaio e Thereza Presotti, da UFMT, a exposição vai mostrar a cultura de Mato Grosso por meio das danças, festivais, rituais, artesanato, dentre outros.

Leia mais: [Exposição conta a história da comunicação Mato-Grossense](#)

No primeiro dia (12/05), a palestra de abertura será às 19hs, com a professora – que também é coordenadora do evento - Thereza Presotti. Os outros dias serão divididos em três categorias, sendo elas o "Patrimônio Imaterial Afro-Matogrossense", o "Patrimônio Imaterial Indígena" e o "Patrimônio Imaterial das Comunidades Ribeirinhas".

Na terça (13), uma mesa redonda discutirá os chorados, a dança do congo e a Festa de São Benedito.

Quarta (14), a segunda mesa redonda trará à tona os costumes indígenas, destacando os cestos Nambikuara, as redes de algodão das mulheres Kura-Bakairi e o Ritual de Corrida de Tora de Buriti dos Xavante.

No último dia, quinta-feira (15), a canoa pantaneira, a casa tradicional em paisagens ribeirinhas, e as aves nos saberes de ribeirinhos pantaneiros serão os temas da terceira mesa redonda.

Os participantes receberão certificado de 20 horas, e as inscrições devem ser feitas por email (expoimat@gmail.com). São 30 vagas disponíveis.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Serviço

Expoimat – Exposição Itinerante: Patrimônio Imaterial Mato-Grossense
Local: Museu do Morro da Caixa D'Água Velha
Quando: 12 a 15 de maio, às 19hs.
Inscrições: expoimat@gmail.com ;
Informações: Facebook: Expoimat UFMT; (65) 36158475 – Ramais 209 e 210



Carta de Repúdio Kaingang

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014

Repudiamos a ação do Estado Brasileiro no caso da prisão sumária, sem as devidas comprovações e participação de fato, das lideranças Kaingang do Rio Grande do Sul, inclusive seu cacique.

Para dar resposta ao outro lado do conflito, que é seu lado, o Sr. Ministro da Justiça fez afirmações levianas, tendenciosas que só agravam o conflito.

Os índios foram traídos na sua boa fé.

As afirmação de 'infeliz coincidência' são falsa demonstração da utilização do poder do Estado contras as minorias: "Com a prisão a lei foi cumprida" – disse o ministro – referindo a prisão sumária do Cacique Deoclides de Paula mais 4 outros índios – apesar de não haver clareza, provas da participação dos atos contra agentes do agronegócio e ruralistas.

A muito que a criminalização dos líderes indígenas é o meio mais eficaz para resolver conflitos étnicos, evidenciando a intenção do estado, demonstrando com evidência a parcialidade na aplicação da lei do 'branco' contra os povos originários.

Por outro lado, o que vem acontecendo quanto o assassinado é o índio? Quando é despejado das suas terras, vilipendiado nos seus direitos? O que acontece no cumprimento da lei maior – a Constituição – que determina os direitos cabal dos povos originários?

A demarcação e posse das terras indígenas seria o mínimo esperado!

Nada de apologia à violência, nada mesmo, porém é sabido que onde há conflito étnico há causa, e esta causa é bem conhecida pelo Estado brasileiro.

Este conflito étnico tem como causador o colonialismo 'quinhentão' e perdura.

O Estado moderno esforça-se para esquecer este conflito genocida, mas, com estas declarações do ministro José Cardoso a chaga ficou mais exposta, mais aparente especialmente agora quando o povo indígena teve acesso aos meios de comunicação.

Exigimos do governo Dilma verdadeira ação de justiça e que seja imparcial nas medidas.

- O cumprimento do artigo 231 e 232 da Constituição Federal
- Que se apurem os fatos antes da prisão dos supostos culpados.
- Que os índios tenham imediata liberdade até que seja provada cada culpa.

Não devemos esquece que, neste momento em que um povo indígena é penalizado com a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

prisão de sua maior liderança – o cacique – outras famílias são penalizada com a perda de vidas preciosas.

E não é isso que o povo indígena almeja nas suas lutas.

Juvenal Teodoro Payayá

Cacique Payayá

-

Enviada para a lista do NEPE por Alexandre Gomes.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Lideranças Tapeba, Pitaguary, Anacé e Tabajara são impedidas de entrar na UFC
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Após mais de uma hora de discussão com as grades trancadas, lideranças indígenas Indígenas Tapeba, Pitaguary, Anacé e Tabajara finalmente tiveram acesso liberado e puderam fazer o que desejavam: educadamente fazer um pronunciamento, como pode ser visto no vídeo abaixo, exigindo o cumprimento da Constituição Federal e, claro, a demarcação de suas terras.

Curiosamente, o evento ao qual negavam acesso aos representantes indígenas para defender o respeito à Constituição se chamava IX Semana do Direito da UFC! O incidente foi documentado pela TV Vírus.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=W1ce8pxXvzQ



No dia das mães, uma juíza dá um presente cruel para as mães dos sem-terrinha, na comarca de Pelotas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014

"Incrível, mas verdadeiro. Já que o princípio constitucional da função social da propriedade é simples "minúcia" (!?), mesmo que o seu eterno descumprimento pelos titulares de propriedade privada no país o desrespeitem, aí causando repetidas vezes, ocupações de suas terras, toda a responsabilidade por aquela notória injustiça tem de cair mesmo é em cima dos "genitores" (sic) dos sem-terrinha", escreve Jacques Távora Alfonsin, advogado do MST e procurador aposentado do estado do Rio Grande do Sul. É mestre em Direito, pela Unisinos, onde também foi professor. É membro da ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos.

Segundo ele, "A injustiça é bem isso. Ela tem o cruel poder de manter escrava a verdade. Como ela não tem rosto, está disseminada por todo um sistema de opressão e exclusão social, típico do regime econômico, político e jurídico que aqui manda, precisando ser defendida "em nome do crescimento econômico e do progresso", tem-se de responsabilizar quantas/os se movimentem para denunciá-la, atacá-la e condená-la". Eis o artigo.

IHU On-Line – Em matéria de conflito sobre terra, seja ou não ligado à reforma agrária ou à urbana, o Poder Judiciário tem demonstrado posicionar-se de modo o mais diverso, tanto aqui no Rio Grande do Sul, como no resto do país. Ora revela profunda e autêntica sensibilidade humana, reconhecendo a pobreza e a miséria do povo sem-terra e sem-teto como inaceitável violação da lei e da justiça, das quais ele é vítima e não responsável, ora dá apoio à mais grosseira defesa e preservação da injustiça social que o aflige, humilha, despreza e, as vezes, até mata.

O primeiro ainda é visivelmente minoritário, mas o segundo tem-se encarregado de impedir qualquer proposta, ainda que prevista em lei, de políticas públicas, como da reforma agrária e da urbana, capazes de ameaçar, ainda que remotamente, históricos privilégios do tipo de propriedade privada de terra que impera no Brasil, desde o esbulho violento e criminoso (esse sim) praticado pelo branco contra o índio, há mais de cinco séculos, desde a lei de Terras de 1850, e mesmo depois do Estatuto da Terra de 1964.

À violenta colonização de ontem, sucedeu a violenta injustiça social de hoje, sempre que um despacho judicial iguala todo o papel de posse ou domínio de terra registrada, independentemente do modo como está sendo usada, para decidir qualquer ação possessória, em favor de quem tem tal título; manda a força policial agir com a maior presteza contra as/os rés/réus, para impedir qualquer efeito a algum recurso judicial de que se socorra a defesa das/os sem-terra e sem-teto no sentido de modificar ou revogar o despacho liminar de desocupação do imóvel em causa; aproveita a chance de substituir a autoridade dos argumentos invocados nos processos em defesa de gente pobre, mesmo quando são direitos humanos fundamentais dela que se encontrem violados, agredidas sua dignidade e cidadania, para fazer valer o argumento de autoridade da espécie "esse povinho precisa saber quem

CONT.



manda”; de vez em quando alfineta a administração pública como coroinha da rebeldia motivadora da ocupação de terra etc.

A força e o poder de exclusão social capitalista sobre as/os pobres e miseráveis do Brasil recebe nessas decisões judiciais a aprovação de estarem sendo exercidos em favor da ordem, da segurança, da paz, do devido processo legal. De outro lado, contam com um duplo e poderosíssimo apoio, por uma parte da mídia – a mais reacionária e conservadora – e por organizações corporativas de latifundiários ricos.

Faz parte dessa espécie o despacho de uma juíza – queira ela ou não – que atua na comarca de Pelotas, 5ª Vara Cível, numa ação de reintegração de posse tramitando sob o nº 11400064110. Depois de ter mandado a multidão de sem-terra, ré da ação possessória, sair imediatamente do imóvel objeto do referido processo, baseada exclusivamene num papel (contrato de promessa de compra e venda), quando é mais do que sabido documento sozinho não constituir prova de posse, prolatou novo despacho, acrescentando à decisão anterior um novo fundamento e uma nova ordem.

O primeiro, de não caber à sua decisão “adentrar-se em minúcias afetas à função social da propriedade, questões estas que, embora relevantes, tem seu lugar na esfera da Administração Pública, pelo seu órgão próprio, ao que se sabe, de toda simpática à causa, notoriamente.” A segunda, uma ordem conclusiva: “Agrego, ademais, que deverá ser contatado, pela oficiala de justiça, o Conselho Tutelar local para verificar o número de crianças dentre os invasores com vistas a perpetrar-se previamente a busca e apreensão dos mesmos, ante a evidente situação de risco a que expostos pelos seus genitores.

Incrível, mas verdadeiro. Já que o princípio constitucional da função social da propriedade é simples “minúcia” (!?), mesmo que o seu eterno descumprimento pelos titulares de propriedade privada no país o desrespeitem, aí causando repetidas vezes, ocupações de suas terras, toda a responsabilidade por aquela notória injustiça tem de cair mesmo é em cima dos “genitores” (sic) dos sem-terrinha.

O malsinado despacho entende, então, não ser de sua obrigação e competência analisar a função social da terra onde o conflito se instalou, letra morta permaneça (como quase sempre acontece) o referido princípio constitucional, ainda que a tal disposição de lei, interpretada à luz dos artigos 2º e 12 do Estatuto da Terra nem possa deixar de ser cogitada em casos como o de qualquer possessória sobre terra.

Como os inimigos da reforma agrária e da urbana, das/os sem-terra e das/os sem teto, devem estar festejando esse presente que a juíza deu às mães dos sem-terrinha no dia mesmo delas: que chorem elas a ousadia de defenderem sua dignidade e cidadania; ponham-se no lugar que a juíza reservou para elas: o de serem tão pobres, excluídas, marginalizadas, discriminadas, a ponto de se pressupor que, justamente por defenderem a vida de suas/seus filhas/os, agindo quase em desespero como agem, devem ser separadas delas/es, da forma mais agressiva, violenta e humilhante – a da busca e apreensão executada por ordem judicial.

A injustiça é bem isso. Ela tem o cruel poder de manter escrava a verdade. Como ela não tem
CONT.



rosto, está disseminada por todo um sistema de opressão e exclusão social, típico do regime econômico, político e jurídico que aqui manda, precisando ser defendida "em nome do crescimento econômico e do progresso", tem-se de responsabilizar quantas/os se movimentem para denunciá-la, atacá-la e condená-la.

Quem se admira dos índices de concentração da propriedade da terra no Brasil, do envenenamento criminoso de que ela, seu ar, suas sementes, florestas e águas estejam sendo explorados de forma devastadora, depredando a matando o solo, saiba que despachos judiciais como o desta juíza - queira ela ou não, repete-se aqui - particularmente no que concerne à desconsideração da função social da propriedade e à insensibilidade social desses efeitos sobre o povo pobre da nação, são cúmplices dessa tragédia.

O mar dos preconceitos culturais e ideológicos, aproveitado contra esse mesmo povo, que já inspirou no passado uma reunião do Conselho Superior do Ministério Público decidindo providenciar a extinção do MST (!) da qual voltou atrás, envergonhado, tempos depois, tenta afogar, de novo, em maré de violência oficial conhecida pelos seus péssimos e desastrosos efeitos, qualquer defesa de direitos humanos fundamentais que ele ouse fazer.

Não se sabe se a juíza prolatora do infeliz despacho é mãe ou não. Já que ela se permite, todavia, ilações aleatórias e gratuitas, no seu despacho, da espécie, por exemplo, de que as mães dos sem-terrinha podem perder a companhia, ainda que provisória, das/os suas/seus filhas/os, sem um mínimo de prova justificativa de medida tão grave, deveria permitir, baseada na mesma irresponsabilidade de exame dessa prova, que o Conselho Tutelar pudesse ir na casa dela conferir, igualmente, no dia das mães, se ela trata as/os suas/seus filhas/os com o mesmo amor, o mesmo carinho, a mesma coragem e a mesma determinação que as mães vítimas da sua injusta, inconstitucional e ilegal decisão tratam as/os delas.

Polícia Federal prepara armadilha para líderes indígenas de Faxinalzinho (RS)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.05.2014



A ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa) e o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre repudiam a prisão de sete indígenas em Faxinalzinho (RS), nesta sexta-feira (9/5). Entre os detidos está o cacique da reserva de Votouro, Deoclides de Paula. De forma covarde, a Polícia Federal cumpriu os mandados de prisão durante reunião de diálogo entre representantes dos indígenas e agricultores, que acontecia na área urbana do município. Era o primeiro encontro desde as mortes de Anderson e Alcemar de Paula, no dia 29 de abril.

Este não é um fato isolado. Em todo o país, aldeias indígenas estão sendo aniquiladas. Homens, mulheres e crianças são assassinados com crueldade. Mas no Rio Grande do Sul, a situação é insustentável e tem seus porta-vozes da desgraça, como o deputado que declarou que quilombolas e indígenas são tudo o que não presta.

Há um ano, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou um levantamento onde anuncia que dos 96 territórios nacionais classificados como em situação de risco, ou sujeito a conflito diretamente relacionado à disputa agrária, 17 destes territórios estão localizados em solo gaúcho. Em outras regiões do estado, como, Vicente Dutra, Sananduva e Mato Castelhano também existem conflitos territoriais entre indígenas e agricultores.

Denunciamos que a responsabilidade pelos conflitos é única e exclusivamente do Poder Executivo (estadual e federal), pois desde o ano passado tem conhecimento sobre estes fatos, como já divulgado em imprensa regional e nacional, e ainda assim, um ano depois da divulgação dos dados do Cimi e das diversas manifestações, tanto das comunidades indígenas

CONT.



como agrícolas, não tomaram medidas mais fortes para solucionar a questão.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, a qual transfere do Poder Executivo ao Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental é inaceitável. Embora sendo notoriamente inconstitucional, ainda existem forças ministeriais aliadas às bancadas que buscam formas de articular essa aprovação, onde possivelmente inserem as comunidades indígenas e quilombolas do Brasil, e consequentemente as famílias de agricultores a uma situação (inconcebível ao que já se vivencia) de pior vulnerabilidade.

Em recente documento enviado ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, caciques e lideranças do povo Kaingang, no Rio Grande do Sul, exigiram a demarcação de seus territórios e responsabilizaram o Poder Executivo "pela paralisação dos processos demarcatórios das terras indígenas no estado do RS e pelas consequências dessas paralisações, incluindo os confrontos e os incidentes que deles resultem".

Os indígenas estiveram reunidos no dia 1º de maio no município de Ronda Alta (RS), e elencaram uma série de reivindicações, exigindo o "respeito e cumprimento da legislação

CONT.

brasileira e dos marcos internacionais de direitos territoriais dos Povos Indígenas para assegurar o cumprimento à Constituição Federal de 1988 que reconhece o direito originário dos Povos Indígenas aos nossos territórios tradicionais, e em conformidade com a Convenção 169 da OIT e com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas".

Também são exigidas a regularização (considerando a particularidade de cada território) das Terras Indígenas Votouro-Kandóia, Passo Grande do Forquilha, Rio dos Índios, Serrinha, Nonoai, Ventarra, Nen Mag. Os caciques ainda convocam a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Igualdade Racial e o Poder Judiciário para que sejam discutidas as violações de direitos humanos nas terras indígenas e a criminalização de lideranças no Rio Grande do Sul.

Portanto, é mais do que urgente que os governos federal e estadual se posicionem de forma clara e ajam fortemente para parar os conflitos no país. Enquanto os pequenos se matam, os grandes latifundiários continuam a explorar e a destruir o nosso território. Esta é a lógica do atual modelo de sociedade excludente, concentrador de riquezas e opressor que vivemos no Brasil e que vem avançando de modo ofensivo com a Copa do Mundo.



Índio é morto a facadas dentro de área indígena

SÍTIO JORNAL DO TOCANTINS, 12.05.2014

Um índio da etnia Krahô, com nome e idade não divulgados, da Aldeia Pedra Furada, a 30 km de Goiatins, Norte do Estado, foi assassinado a facadas na noite do último sábado. Conforme a Polícia Militar (PM) de Araguaína, o índio foi morto dentro da área indígena. Ainda segundo a PM, o suspeito do crime é Ernesto de Castro Neto.

Conforme a polícia, o assassinato aconteceu por volta das 23 horas, onde Neto teria ido à aldeia procurar uma índia, com quem teria tido um relacionamento amoroso. Segundo a PM, ao chegar no local, Neto teria se envolvido em uma discussão com o índio e acabou o matando. Ainda conforme a polícia, o suspeito fugiu pela área indígena e ainda está desaparecido.



Orquestra Indígena de Anastácio vai se apresentar no RJ durante a Copa do Mundo
SÍTIO JARDIM NOTÍCIAS, 12.05.2014

A Orquestra Indígena Teko Arandu, iniciativa do Instituto Ressoarte de Anastácio apoiada pelo Oi Futuro através do programa Oi Novos Brasis, vai se apresentar no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo. O Teko Arandu foi o único projeto selecionado, do Mato Grosso do Sul, pelo Concurso Cultura 2014 que definiu as manifestações culturais que farão parte da programação da competição no Brasil.

Os 114 projetos classificados se apresentarão nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, de 10 de junho a 15 de julho, totalizando 892 apresentações de trabalhos artístico-culturais em todas as regiões do país. As apresentações abrangem manifestações artísticas como circo, teatro, música, artes visuais, dança, manifestações tradicionais, literatura e audiovisual.

A Orquestra Indígena Teko Arandu faz parte do grupo de "Manifestações Tradicionais" e configura entre os cinco projetos do Centro Oeste escolhidos para o evento (três do Distrito Federal, um do Mato Grosso e um do Mato Grosso do Sul). As datas e locais das apresentações da orquestra no Rio de Janeiro ainda serão definidas.

O objetivo do Ministério da Cultura é fomentar a programação cultural dessas cidades e dar espaço a pequenos e médios produtores culturais durante um dos maiores eventos esportivos do mundo, apresentando a riqueza e pluralidade da cultura nacional a brasileiros e estrangeiros.

Sobre a Orquestra Indígena

A orquestra "Teko Arandu", projeto selecionado pelo Programa Oi Novos Brasis do Oi Futuro, beneficia 125 crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária entre seis e 24 anos, das comunidades e escolas indígenas da rede pública de ensino de Anastácio e Aquidauana (MS).

Os alunos recebem oficinas de formação musical teórica e prática de instrumentos de percussão, sopro e cordas (violão) e de musicalização. O objetivo é oferecer formação musical continuada a jovens em situação de vulnerabilidade social.

Sobre o Instituto Ressoarte

O Instituto RessoArte é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como sua missão principal a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Seu foco é incidir em espaços de discussão sobre políticas públicas e ações para o desenvolvimento local, com ênfase nas áreas da Cultura da Infância, Cultura de Paz, formação profissional e tecnológica e socioambiental, promoção do desenvolvimento econômico, do voluntariado, da ética e dos direitos humanos por meio de uma gestão compartilhada e participativa (estado-sociedade civil), visando promover formação cívica, educacional e cultural aos seus

CONT.



participantes. O Instituto desenvolve suas ações há cinco anos nos municípios de Anastácio e Aquidauana/MS, situados a 125 km da capital Campo Grande (MS).

Sobre o Oi Futuro

O Oi Futuro é o instituto de responsabilidade social da Oi, que desenvolve e apoia programas e projetos nas áreas de educação, cultura e sustentabilidade. O Oi Futuro tem um compromisso com a transformação e com a inclusão social, tendo como missão promover o desenvolvimento humano por meio das tecnologias da informação e da comunicação. Desde 2001, suas ações visam democratizar o acesso ao conhecimento e reduzir distâncias geográficas e sociais, com especial atenção à população jovem.

Na educação, os programas NAVE e Oi Kabum! usam as tecnologias da informação e da comunicação, capacitando jovens para profissões na área digital e criativa, fornecendo conteúdo pedagógico para a formação de educadores da rede pública e fomentando o desenvolvimento de modelos inovadores. Já na área cultural, o Oi Futuro mantém dois espaços culturais no Rio de Janeiro (RJ) e um em Belo Horizonte (MG), com programação nacional e internacional de qualidade reconhecida e a preços acessíveis, e o Museu das Telecomunicações nas duas cidades, além de apoiar festivais e projetos em todas as regiões Brasil por meio do Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados.

O programa Oi Novos Brasis reafirma o compromisso do Instituto no campo da sustentabilidade, com o apoio e o desenvolvimento de parcerias com organizações sem fins lucrativos para a viabilização de ideias inovadoras que utilizem a tecnologia da informação e comunicação para acelerar o desenvolvimento humano. O esporte completa o seu escopo de atuação apoiando projetos aprovados pelas Leis de Incentivo ao Esporte, tendo sido a Oi a primeira companhia de telecomunicações a apostar nos projetos socioeducativos inseridos na Lei Federal.

Fonte: Aquidauana News



Professor indígena é atacado por Queixada em MT

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 12.05.2014

Um queixada atacou um professor indígena, identificado como Sócrates Tserehitê, 29 anos, durante uma reunião na aldeia Cachoeira, na terra indígena Areões, no município de Nazaré. Ele teve um ferimento grave e foi socorrido.

De acordo com as informações, o animal vivia na aldeia e era criado desde pequeno, portanto era acostumado com a presença de pessoas, portanto, ele estranhou a presença do professor e o atacou. Sócrates chegou a correr, mas o animal acabou mordendo sua panturrilha e o ferindo gravemente.

Consta ainda que ele chegou a ser atendido pela equipe médica da aldeia, mas foi transferido para o Hospital Regional de Água Boa. Não foi informado a atual situação de saúde dele.

Da Redação



RS: Governo diz que prisão de índios foi inadequada

SÍTIO PORTAL OESTE SOM, 12.05.2014

Polícia Federal prendeu, na sexta-feira, sete indígenas suspeitos de terem participado da morte de dois agricultores, no final de abril

Em nota conjunta, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) do Rio Grande do Sul e a chefia de Gabinete do Governador do Estado afirmaram que foi inadequada a ação da Polícia Federal (PF), que prendeu, na sexta-feira (9), sete indígenas suspeitos de terem participado da morte de dois agricultores, no final de abril.

“Do ponto de vista legal e policial, nada temos a opor quanto ao cumprimento dos mandados. No entanto, do ponto de vista da solução do problema, a ação, realizada durante a reunião, relevou-se totalmente inadequada, já que interrompeu um momento muito importante de diálogo e construção de propostas que pacificariam o município e garantiriam o direito das duas partes”, diz trecho da nota assinada pelos secretários Elton Scapini, da SDR e Ricardo Zamora, secretário-chefe de Gabinete do Governador do Estado, que foi divulgada ontem (10).

Reunião

A ação da PF para cumprir os mandatos de prisão foi realizada na última sexta-feira (9), em Faxinalzinho (RS), durante a realização de uma reunião com a participação da Funai, da prefeitura, de representantes de indígenas e de agricultores, bem como do governo do estado. O objetivo, segundo a nota, era “criar o diálogo, a pacificação, o retorno às aulas, a desobstrução das estradas e avançar na construção de propostas para a resolução dos problemas”.

De acordo com o texto, os representantes do governo do estado foram surpreendidos com a ação da PF. “Não tínhamos qualquer informação de que tais mandados seriam cumpridos naquele momento”, conta. O documento diz ainda que representantes do governo pediram ao Ministério da Justiça “que coordenasse a questão, de forma a não aumentar a tensão social já existente no município”. Após o incidente, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, classificou o fato como uma “lamentável coincidência”.

Entre os sete detidos, está o cacique da aldeia da Reserva do Votouro, Kandóia Deoclides de Paula. Segundo a Superintendência Regional da PF do Rio Grande do Sul, o mandado é temporário, e os indígenas devem permanecer presos por 30 dias. Nesse período, a polícia deve seguir com a investigação, que corre em sigilo.

Conflito

CONT.



A região norte do Rio Grande do Sul vive um conflito entre produtores rurais e índios caingangues, que reivindicam a demarcação de áreas apontadas como territórios tradicionais indígenas. No dia 28 de abril, dois agricultores foram mortos a tiros e pauladas, após tentarem furar um bloqueio realizado por indígenas em várias estradas da região para reivindicar a demarcação de terras. Os índios protestavam contra o adiamento de uma reunião com Cardozo, que trataria do problema. Nova reunião foi marcada para o dia 22 de maio, em Brasília.

Na última quarta-feira (7), a Comissão de Agricultura da Câmara convocou os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para darem explicações sobre o conflito entre produtores rurais e índios. Para os deputados Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Giovanni Queiroz (PDT-PA), autores do requerimento, houve omissão do governo na região.

No dia 30 de abril, em evento no Ministério da Justiça, Cardozo negou omissão no caso e ponderou que a pasta tem agido de forma a tentar conciliar o conflito. Na ocasião, o ministro disse que não precisaria ser convocado para ir ao Congresso prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Biblioteca Central expõe obras do acervo indígena da UFMG

SÍTIO UFMG, 12.05.2014



Manuscritos e ilustrações originais, primeiras impressões (bonecas) e fotografias do processo de produção de livros de autoria de índios das etnias maxakali, krenak e xacriabá estão disponíveis para visita na exposição O livro indígena contemporâneo: obras do acervo indígena da UFMG, no quarto andar da Biblioteca Central, no campus Pampulha.

A mostra é organizada pelo Acervo Indígena da UFMG (Acind), coleção especial da Biblioteca Universitária, em parceria com o grupo de pesquisa Literaterras – escrita, leitura, traduções, e com o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de História (LabepeH).

A exposição está aberta até o dia 11 de junho, das 8h às 17h, com entrada gratuita.

(Com Acind-UFMG)



Indígenas e servidores recebem formação em política ambiental

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 12.05.2014

Com o objetivo de implantar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), estão sendo realizados sete cursos de capacitação de gestores indígenas e não-indígenas. De segunda a sexta-feira (12 a 16 de maio), acontece o primeiro módulo do curso para a região Nordeste e os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, em Petrolândia (PE), executado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os cursos são modulares, têm duração de 12 meses e um total de 200 horas aula. Participam representantes de diferentes etnias e terras indígenas e gestores públicos federais e estaduais, sobretudo de Unidades de Conservação (UCs).

Segundo a diretora do Departamento de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Larisa Gaivizzo, a estratégia é inédita. "Essa formação é muito importante para viabilizar uma boa implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs), instrumento essencial da PNGATI", explicou. Nesta quinta-feira (08/05), foi anunciada a chamada pública do Fundo Amazônia no valor de R\$ 70 milhões para desenvolvimento desses planos. "A estratégia é que a execução dos PGTAs esteja articulada com os agentes formados nos cursos", afirmou Larisa Gaivizzo.

Participam do curso 29 indígenas dos povos Fulni-ô, Guarani, Kiriri, Maxakali, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Pitaguari, Potiguara, Tapeba, Tingui-Botó, Tremembé, Tupinambá, Tupiniquim, Tuxá, Xacriabá, Xokó e Xukuru; e 14 servidores públicos de três coordenações regionais do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio), cinco coordenações regionais da Funai e da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (Semar/PE).

Os cursos são realizados pela Funai, MMA e ICMBio. Contam com o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), das coordenações regionais Nordeste I e II, Baixo São Francisco, Sul da Bahia e Minas Gerais e Espírito Santo da Funai, da Coordenação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Semar/PE, da Prefeitura Municipal de Petrolândia e da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ). (Fonte: MMA)



Em aniversário de aldeia, Olarte anuncia coordenadoria indígena

SÍTIO NOTICIDADE, 12.05.2014

O prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte (PP), aproveitou o aniversário de 12 anos da aldeia Água Bonita para anunciar, neste domingo (11), que irá criar a Coordenadoria Municipal dos Assuntos Indígenas. A medida pretende ampliar o atendimento as demandas por moradia, saúde, educação e infraestrutura nas comunidades, além de buscar financiamento federal para as obras.

“A coordenadoria indígena facilita porque será possível mapear as necessidades mais urgentes”, pontuou Olarte.

Para compor o órgão, vinculado ao gabinete do prefeito, já existem três nomes, sendo dois de liderança terena e um guarani. A nomeação está prevista para a próxima semana.

Como principal demanda entre as aldeias urbanas da Capital estão a construção de moradias, seguida da necessidade de melhor atendimento de educação, saúde e infraestrutura.

Na Darcy Ribeiro, no Noroeste, são 50 famílias aguardando para trocar barracos improvisados por casas. Já na Água Bonita, no Tarsila do Amaral, o número salta para 128 famílias.

O cacique Nito Nelson ressalta que, no segundo caso, a construção de moradias vai exigir novo projeto de zoneamento urbano e regularização da área, que hoje pertence ao Governo do Estado.

De acordo com Olarte, a negociação está avançada, além de prever para quatro meses a conclusão de estudos necessários para o prolongamento da área urbana.

“Já tivemos uma conversa com as lideranças indígenas e os deputados estaduais Laerte Tetila (PT) e Carlos Marun (PMDB) para promover a construção das casas, mas precisa mexer no zoneamento e infraestrutura antes”, comentou o progressista, que busca recursos com a bancada federal na quarta-feira (14).

Quanto à educação e saúde, o presidente do CMDDI (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Indígenas), Eduardo Barbosa, cobrou construção de uma escola indígena e abertura de postos de saúde 24 horas próximos às comunidades.

A vereadora Thaís Helena representou a Câmara Municipal durante o evento, que também homenageou as mães da Água Bonita.

Campo Grande News



A improbidade que mata os ianomâmis

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 12.05.2014

Quando a Comissão da Verdade sobre a ditadura militar inicia a análise do quase genocídio dos ianomâmis nos anos 1970 (na abertura da rodovia Perimetral) e 1980 (com a massiva invasão garimpeira), um novo aumento das mortes é tema de uma investigação atual.

Os índios do extremo norte voltam a padecer de altas taxas de mortalidade, vítimas de uma ou mais doenças típicas da sociedade contemporânea, como incompetência administrativa e, talvez, corrupção, como suspeita o Ministério Público.

Ao contrário de povos indígenas menos famosos, que sofrem com a falta de verbas para saúde, na área ianomâmi os gastos do Ministério da Saúde subiram quase seis vezes nos últimos dez anos (2004-2013).

Mas, no mesmo período, a incidência de malária subiu de 41,8 por mil habitantes para 70,6.

Enquanto o Brasil se tornava um país rico, a mortalidade infantil desses índios atingia o índice de 113 por mil nascidos vivos em 2013 -semelhante aos africanos Serra Leoa e

Somália, assolados por guerras (o Brasil tem 19,6, conforme o IBGE).

A degradação dos índices de saúde entre os ianomâmis motivou um protesto no início do ano, forçando a renúncia da coordenadora do Ministério da Saúde em Boa Vista (RR), Joana Claudete Schuertz.

Desde então, a substituta interina segue no posto. Perguntada por este colunista se os problemas se deviam a falta de dinheiro, Maria de Jesus do Nascimento disse: "Não, dinheiro não falta... Foi problema de gestão, mesmo".

Não falta dinheiro, mas faltam médicos, equipamentos, medicamentos. Por isso, quando uma pessoa fica doente, o remédio é mandá-la para Boa Vista de avião.

A medicina preventiva é sempre considerada estratégia fundamental para áreas indígenas. Era o que pregavam as ONGs conveniadas com o governo, a partir de 2000, para gerir a saúde na área ianomâmi. Por quatro anos, elas receberam dinheiro público para contratar os agentes comunitários de saúde e médicos, implantar postos, comprar remédios, fazer vacinação. Os índices melhoraram, mas sua autonomia irritava funcionários públicos, que perdiam funções.

Após a eleição de Lula, com apoio dos sindicatos do funcionalismo, o discurso corporativista se fortaleceu. Ganhou também apoio de setores conservadores, que viam influência esquerdista e estrangeira nas ONGs. O gasto anual com a saúde ianomâmi (cerca de R\$ 14 milhões, atualizados) era apontado como exagerado. O ministério voltou a centralizar a política.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 81/ 2014

Brasília, 12 de maio de 2014.

Dez anos depois, com um orçamento real seis vezes maior, a saúde dos índios só piora. Um gasto do ministério que era muito atacado pelas novas autoridades que chegaram ao poder em 2003 foi radicalizado: os custos com aviões para transportar doentes da Terra Indígena para Boa Vista. Em 2013, R\$ 21 milhões foram para a conta de duas empresas de aviação, exatamente metade dos R\$ 42 milhões despendidos pelo Ministério da Saúde em ações na área ianomâmi.

O Ministério Público Federal faz investigação para apurar o que degrada a situação. Problemas de gestão, quando matam, também são improbidade administrativa. A Procuradoria quer saber, também, detalhes sobre os gastos com aviões, pois os números são grandes demais para retratar apenas incompetência. Talvez reflitam esperteza.



Ausência de representantes federais marca conferência sobre terras indígenas em MS
SÍTIO SISTEMA BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 12.05.2014

Com a ausência de representantes do governo federal, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público Federal (MPF), a Conferência sobre o Processo de Demarcação de Terras Indígenas lotou o plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul com produtores rurais na última sexta-feira (9). A Conferência foi convocada pela Comissão Especial Demarcação de Terras Indígenas da Câmara dos Deputados está sendo realizada em vários estados brasileiros com objetivo de gerar debates que contribuam para texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000.

Representantes dos sindicatos rurais e pequenos produtores com áreas invadidas participaram ativamente do debate, que contou com um grupo com menos de 10 indígenas. Para a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), a não participação de representantes federais e de representações indígenas ratifica a falta de interesse na busca por uma solução definitiva para as invasões às propriedades privadas. Durante a conferência os indígenas realizaram atos de protestos bloqueando a BR-262, entre os municípios de Aquidauana e Miranda.

O presidente da Famasul, Eduardo Riedel, definiu que ao não comparecer ao debate, as instituições representantes dos indígenas demonstram seu direcionamento a partir de interesses que nem sempre são legítimos. O dirigente lamentou a ausência do poder público. "Estado bandido é o pior que tem para qualquer democracia. E nós, infelizmente, estamos lidando com isso". Riedel lembrou ainda o indígena Oziel Gabriel, morto devido aos conflitos causados por invasões, e o produtor rural Arnaldo Alves Pereira, torturado e morto por indígenas em Douradina no ano passado. Também questionou o direcionamento dado diante das recentes ameaças de novas invasões por parte dos indígenas. "Alocar R\$ 120 ou R\$ 130 mil para a compra (da área da Buriti) é um pinga no oceano que se criou. O que vai acontecer depois dessa compra?".

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, afirmou que estender as áreas indígenas não deveria ser prioridade, levando-se em consideração o estado de miséria das aldeias. O governador fez referência ao arrendamento ilegal de terras indígenas e citou a reserva Kadwéu, que "tem 378 mil hectares para 3 mil índios que vivem na miséria". "São necessárias políticas voltadas aos indígenas para que eles não precisem de esmolas da Funai, que considero como incompetente, ineficiente e inoperante. E órgãos inoperantes deste país deveriam ser extintos", destacou o governador ao apoiar a PEC 215.

O deputado federal Reinaldo Azambuja, integrante da Comissão Especial Demarcação de Terras Indígenas, assinalou que "cabe ao Congresso legislar sobre os bens da União e terra indígena é um bem da União", referindo-se ao questionamento da legitimidade do pleito de que a decisão sobre novas demarcações fique a cargo do Legislativo. Quanto a Fundação que representa os indígenas, Azambuja a classifica como antidemocrática. "Pessoas que fogem do debate querem

CONT.



perpetuar a disputa”, finalizou.

Em seu discurso, o presidente da Associação Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas, Danilo de Oliveira, defendeu que os indígenas querem condições dignas e autônomas de sobrevivência. “A Funai tem se utilizado das retomadas, forma que chamamos como subterfúgio para conseguir recursos internacionais. É difícil a rotina de quem participa de um ato desse e não queremos mais uma vida de mediocridade”, pontuou o terena.

Apesar da ausência do Ministério Público e da Funai, o relator da PEC 215, o deputado federal Osmar Serraglio (PR), considerou como positivo os depoimentos que contribuirão para o texto. “Com a conclusão da proposta vamos constitucionalizar o texto que será interpretado pelo Supremo Tribunal Federal, sem abrir possibilidades de dúvidas”, pontuou Serraglio. O relator também alertou os participantes da conferência sobre as responsabilidades sociais. “A sociedade que deseja reparar danos históricos com os indígenas e alcançar o bônus precisa arcar com os ônus e não transferi-los apenas aos produtores rurais”, provocou.

A Conferência sobre o processo de Demarcação de Terras Indígenas que já foi realizada em Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, acontecerá na Bahia, nesta segunda-feira (12). O texto final será debatido com representantes de todos os estados, em Brasília.

Fonte: Famasul



Indígena é atacado por porco do mato enquanto participava de reunião em Nova Nazaré

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 12.05.2014

O índio foi socorrido no posto da aldeia e posteriormente levado ao Hospital Regional Paulo Alemão onde continua internado

Mais um caso de ataque de porco do mato foi registrado no Norte Araguaia, desta vez no município de Nova Nazaré onde um índio foi atacado pelo animal, o incidente ocorreu nesta quinta-feira, (08), durante uma reunião com lideranças indígenas.

Segundo informações repassadas ao Site Agência da Notícia, o professor indígena Xavante Sócrates Tserehité, estaria em uma reunião quando o animal que é criado em casa teria estranhado o professor e atacado com uma mordida na panturrilha.

O índio foi socorrido no posto da aldeia e posteriormente levado ao Hospital Regional Paulo Alemão onde continua internado.